

ÍNDICE

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	2
2 - ENTIDADE ADJUDICANTE	2
3 - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	2
4 - FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO	2
5 - ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	2
6 - PREÇO BASE	2
7 - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	4
8 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	4
9 - PROPOSTAS VARIANTES	4
10 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	4
11 - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA	4
12 - ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS	5
13 - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	5
14 - CAUÇÃO	5
15 - CONTRATO ESCRITO.....	5
16 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	6
17 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
18 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO	7
19 - DESPESAS E ENCARGOS DO CONCORRENTE.....	7
20 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	7
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO	8
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO	10

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Ajuste Direto SCGC_FPCEUP_ADCM_00001_2025 Fornecimento de Gás Natural

2 - ENTIDADE ADJUDICANTE

Universidade do Porto, Fundação Pública em Regime de Direito Privado, Pessoa Coletiva com o NIF 501413197, através da **Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**, NIPC 600027651, dotada de autonomia administrativa e financeira, sita na Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto.

3 - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Senhor Diretor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, em 25/02/2025, no âmbito das suas competências próprias.

4 - FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Ajuste direto critério material, conforme definido no artigo 24º nº 1 alínea c) do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações em vigor.

5 - ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica de contratação Acingov, no seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>, **devendo para o efeito aceder ao do link enviado via correio eletrónico.**

6 - PREÇO BASE

1. Pelo cumprimento de todas as obrigações do cocontratante, o contraente público obriga-se a pagar ao cocontratante, o Parâmetro Fixo constante de 0,0038€, o Preço Mibgás, bem como as tarifas e taxas, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior multiplicado pelo consumo efetivo não pode, em qualquer caso, ser superior a:

Entidade	Valor do Contrato (2 meses)	Valor Total (4 meses)
FPCEUP	18.000,00 €	36.000,00 €
Totais	18.000,00 €	36.000,00 €

3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída aos contraentes públicos, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte para os respetivos pontos de entrega, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. As quantidades de consumo estimadas e identificadas no **Anexo B** do presente documento representam uma mera previsão de consumo para os pontos de consumo/instalação, servindo apenas e tão somente para definir o preço unitário, podendo vir a ser solicitados serviços de fornecimento de quantidade inferior ou superior às indicadas, neste último caso desde que respeitados os limites e imposições legais do procedimento.
5. O preço da energia (unitário por kWh), que inclui: o Preço MibGás acrescido do Parâmetro Fixo (P0).
- Em que:
- **Preço Mibgás** é o preço de referência do mercado *MibGás* – sendo este a média aritmética simples, arredondada à quinta casa decimal do preço "PVB – ES - Preço de Referência Diário - DA", em EUR/MWh, para cada uma das datas de preço relativas ao mês de entrega (anunciado no sítio <https://www.mibgas.es/pt>);
 - **Parâmetro Fixo (P0)** é a componente fixa pelo valor de 0,0038€ (margem do comercializador expressa em EUR/kWh e mantém-se constante durante o período contratual, valor com quatro casas decimais).
6. Ao preço da energia (unitário por kWh), é aplicado o disposto no Decreto-Lei n.º 84-D/2022, de 9 de dezembro, que aprova a criação do regime transitório de estabilização de preços do gás por pessoas coletivas com consumos superiores a 10 000 m3.
7. Considerando a necessidade de justificar o preço base para a aquisição, nos termos do disposto no artigo 47.º do CCP, informa-se que este foi estabelecido com base nos preços praticados em anterior procedimento (SCGC_SPUP_CPI23A003).

7 - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I do Convite, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
- b. Proposta de preço total em conformidade com o modelo Anexo II ao convite, considerando:
 - i. Preços unitários e preço total que não devem incluir o IVA;
 - ii. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, e não incluem IVA;
 - iii. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
 - iv. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
- c. Certidão de Registo Comercial no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva ou Certidão Permanente.
- d. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos da definição dos atributos da sua proposta.

2. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, a declaração referida na alínea a) do n.º 1, bem como a Proposta deve ser assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

8 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.
2. A documentação técnica pode ser apresentada em língua inglesa.

9 - PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelo concorrente de propostas variantes.

10 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que instruem a proposta serão entregues até às **17.00 horas do 7º dia a contar da data de envio do convite para apresentação de proposta.**

11 - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados, nos termos do disposto no artigo 115.º n.º 1 alínea g) do CCP, através do seguinte meio de transmissão eletrónica de dados: www.acingov.pt, **devendo para o efeito os convidados aceder através do link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta.**
2. Fica dispensada a submissão da proposta com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica, por não ser aplicável o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, bem como da utilização de selos temporais, que são disponibilizados pela entidade adjudicante.
3. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente(s) um recibo eletrónico / email comprovativo dessa receção.

12 - ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do serviço responsável pela condução do procedimento.
2. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite e caderno de encargos e apresentação de lista de erros e omissões, podem, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, **usando para o efeito o link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta.**
3. Os esclarecimentos serão prestados, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

13 - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

14 - CAUÇÃO

Não será exigível a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

15 - CONTRATO ESCRITO

Haverá lugar a celebração de contrato escrito, nos termos dos artigos 94º e seguintes do CCP.

16 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

1. Nos termos do estabelecido no artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
- b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- d. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
- e. Comprovativo da realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no artigo 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).

(O registo do beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal **ou que aqui pretendam fazer negócios**. Todas as empresas, associações, fundações, entidades empresariais, sociedades civis, cooperativas, fundos ou trusts têm de ter os seus beneficiários efetivos registados. <https://www2.gov.pt/servicos/preencher-a-declaracao-do-registo-central-do-beneficiario-efetivo-rcbe->)

2. O documento previsto na alínea d), do número anterior apenas é obrigatório no caso de existirem alterações às inscrições constantes do documento apresentado em sede de apresentação de proposta (alínea d), do n.º 2, do artigo 7.º).

3. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) e c) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

17 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

18 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 dias.
3. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP deve ocorrer no prazo de 2 dias.

19 - DESPESAS E ENCARGOS DO CONCORRENTE

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

20 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), e restante legislação aplicável.

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A do CCP, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do **Ajuste Direto SCGC_FPCEUP_ADCM_00001_2025 Fornecimento de Gás Natural** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROPOSTA N.º

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, morada de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, moradas de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do **Ajuste Direto SCGC_FPCEUP_ADCM_00001_2025 Fornecimento de Gás Natural** e de todas as condições estabelecidas no Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se executar o contrato, de acordo com o preço a seguir discriminado:

Descrição	Prazo	Preço Fator Fixo	Preço Mensal Máximo s/IVA	Preço total s/IVA com eventual renovação
Fornecimento de Gás Natural	2 meses com possibilidade de renovação por igual período		9.000,00€	36.000,00€

A prestação de serviços de fornecimento de gás natural será efetuada pelo preço global de 36.000,00 (trinta e seis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor para o período completo, sendo que, corresponde a 18.000,00€ (dezoito mil euros) pelo período inicial de 2 meses, desde que legalmente devido, no prazo de execução do contrato.

..... (local), (data)

..... (assinatura).....